

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM PANORAMA SITUACIONAL SOBRE A AUTONOMIA EM SEU PROCESSO CONSTRUTIVO

Pamella Ferreira da Silva ¹
Adlene Silva Arantes ²

INTRODUÇÃO

A eficiência do Ensino Médio brasileiro tem sido constantemente alvo de críticas por exibir índices insatisfatórios de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB em comparação aos anos iniciais e finais do ensino fundamental, além de apresentar as maiores taxas de evasão escolar. (INEP; 2019)

Dentro de uma avaliação de atenção à meta de 4.9 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a ser atingida até o ano de 2021 pelo ensino médio oferecido em escolas públicas e objetivando a redução da evasão, através do oferecimento de uma proposta educacional mais atrativa, o Ministério da Educação propôs a realização da Reforma do Ensino Médio, através da lei Nº 13415 de 2017, oferecendo uma transformação estrutural que acarretaria em alterações severas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.

A Lei Nº 9394 de 1996 (LDB) surgiu com uma proposta de redemocratização social, juntamente com a constituição de 1988, tendo como objetivo a realização de transformações sociais, assegurando o ensino médio gratuito e progressivamente obrigatório, através um processo de universalização do ensino e assumindo um caráter nitidamente formativo, perdendo gradativamente as características de ensino profissionalizante adotadas durante a ditadura militar.

A conjuntura social, política e econômica, entretanto, imprimiu gradativamente no contexto educacional um enfoque diferente do preconizado em 1996, assumindo uma perspectiva utilitarista, dando ao conhecimento uma característica de mero veículo para atender a um fim específico externo ao processo educacional. (GUILLE; 2008)

Dentro de um contexto de estímulo à visão mercadológica do conhecimento, foi estabelecida a Lei Nº 13415/2017, fortalecendo uma perspectiva newtoniana/cartesiana, haja vista a legitimação do método científico e suas principais características, como a existência das

¹ Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco - UPE
pamellafsilva@gmail.com;

² Orientadora Profa. Dra. em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, adlene.arantes@gmail.com.

competências indispensáveis, a fragmentação em disciplinas e a linearidade do processo de ensino aprendizagem. (RAMOS e HEINSFELD; 2017)

No ano de 2019 se iniciará o prazo para os Sistemas e Instituições de Ensino se adequarem às alterações e adaptações preconizadas em Lei. O Ensino Superior também deverá alinhar os cursos de formação de professores dentro das novas necessidades e prerrogativas do novo ensino médio.

Este trabalho tem por objetivo, investigar dentro da realidade de uma escola estadual pública do município de Recife, os desafios encontrados para a implementação do novo ensino médio, analisando se a comunidade escolar se enxerga como agente integrante e participativo na construção de alterações significativas no Ensino Médio.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa apresenta uma proposta de estudo de caso, para o estabelecimento de uma visão específica a respeito de uma realidade, possibilitando a compreensão de fenômenos individuais, grupais, organizacionais e sociais, bem como originando uma visão holística e de mundo real. (YIN; 2015)

O objeto do estudo será uma Escola Pública Estadual localizada no município de Recife, o público alvo será a comunidade escolar compreendendo: Gestores, Coordenadores, Professores, Alunos, Pais e Funcionários em geral.

Os instrumentos do estudo serão entrevistas e questionários aplicados, além de análise documental de Atas das reuniões realizadas por Conselhos ou outros Órgãos Colegiados que a escola possuía, para identificar se havia por parte da comunidade escolar de uma maneira geral conhecimento prévio a respeito da Reforma do Ensino Médio e da consulta pública realizada à população. No intuito de inquirir sobre o estabelecimento da autonomia por parte dos sujeitos foi questionado, ainda, se havia interesse por parte dos mesmos na sua participação nos processos de tomada de decisões para a criação da Reforma.

DESENVOLVIMENTO

A construção da perspectiva iluminista de autonomia se dá através de um processo de esclarecimento, sendo esse definido como a saída do homem de sua minoridade, ou incapacidade de servir de seu próprio entendimento sem a tutela de outro, entretanto o exercício da autonomia demanda, intenção de participar das tomadas de decisões sobre o próprio destino, além de coragem.

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes do meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito da minha dieta, etc., então não preciso de esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis. (KANT; 1783, p.1)

A responsabilização do indivíduo por não querer sair de uma condição de dominado enfoca a ideia de que o povo é responsável por sua própria condição, e que podendo escolher entre ser livre e ser escravo, decide pela falta de liberdade e prefere o jugo (LA BOÉTIE; 1549), entretanto a invocação do exercício da autonomia individual e coletiva se faz essencial para o estabelecimento do cidadão enquanto agente transformador de sua realidade, e a educação surge como uma possibilidade de dar ao estudante a condição de empoderamento para pensar por si mesmo.

O fundamento de toda pedagogia moderna, que surgiu a partir do iluminismo e da aufklärung, afirmando que a autonomia advém do esclarecimento oferecido pela razão... Então o compromisso básico da educação é o encontro da Autonomia através do bom uso da razão, seja ela a autonomia de pensamento, autonomia de comportamento e autonomia ético política. (FAVARETTO; 2016)

Para o exercício da autonomia ser efetivo é necessário visualizar a tomada de decisões, no que diz respeito aos programas e questões sociais de maneira dialógica, possibilitando uma diversidade de opiniões que fortalece a sociedade como um todo e favorece a transformação da realidade.

Não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representada e manipulada, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazerem isso, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas, e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo. (HABERMAS; 1984, p.392)

O indivíduo participativo, entretanto, independentemente do conhecimento que possui, só pode se auto afirmar de fato, se houver despertado nele interesse suficientemente grande para fazer parte de uma construção dialógica, caso contrário, poderia ser suplantado por uma despolitização crescente, pois uma nova zona de conflitos não virá da luta de classes, ou destas disparidades entre centro e periferia do sistema, mas surgirá exatamente do sistema de opinião pública, administrado pelos meios de comunicação que é onde atuam os mecanismos de despolitização das massas, os quais ocultam as diferenças entre as questões técnicas de regulação do sistema e as possibilidades reais de emancipação existentes no marco institucional, esfera da ação comunicativa. (HABERMAS; 1987)

A liberdade é fator condicionante à existência da vontade política, sem a qual não poderá ser efetivada a soberania popular, entretanto não conseguirá ser estabelecida como escolha ou preferência da população dominada, mas sem ser parte de uma cultura política.

Uma soberania popular assim processada não poderá operar também sem a retaguarda de uma cultura política que lhe venha em apoio, sem as maneiras de pensar (gesinnungen) de uma população habituada à liberdade política: Não há formação da vontade política sem o auxílio de um mundo da vida racionalizado. (HABERMAS; 1990, p. 111).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Reforma do Ensino Médio então estabelecida sobre forma de lei, dentro dos aspectos abordados, poderia ser considerada amplamente debatida entre os sujeitos que dela farão parte? Inquirir sobre o reconhecimento do indivíduo enquanto cidadão participativo é um exercício da curiosidade epistemológica, uma inquietação indagadora que faz com que o indivíduo que apresenta uma curiosidade nitidamente ingênua, assuma uma superação da mesma, à medida que a curiosidade ganhe criticidade. (FREIRE; 1996)

É importante ressaltar que os aspectos participativos na formulação do novo ensino médio interferem diretamente em questões relevantes com relação à autonomia escolar, de tal forma que pode descaracterizar, inclusive seu objetivo principal.

Haja vista que discutir autonomia na escola é discutir sobre a própria natureza da educação, podemos esclarecer que a necessidade da efetivação de uma escola autônoma em suas decisões e especificidades ratifica o compromisso de educar, de maneira efetiva pois a escola que está perdendo sua autonomia, também está perdendo sua capacidade de educar para a liberdade. (FREIRE; 1996)

Em três contatos iniciais com a escola realizados com a figura do diretor, houve inicialmente a apresentação do projeto e uma sondagem a respeito da abordagem que vem sendo realizada com os professores a respeito da Reforma, foi relatado pela direção que os professores estavam sendo apresentados aos novos itinerários formativos e que os alunos ainda não foram comunicados a respeito da nova realidade.

Ainda de acordo com a direção, as abordagens realizadas no processo de construção da nova BNCC do Ensino Médio não possibilitaram a inserção de grande parte da comunidade escolar nos debates, haja vista que a consulta pública foi pouco divulgada até mesmo entre os professores. Ainda que a consulta pública tenha sido feita, segundo a direção foi realizada com base em um texto previamente estabelecido e não na construção dos pontos necessários de

modificação por parte da própria comunidade escolar, o que ratifica que de acordo com a direção da escola houve uma ausência de participação, que fere à autonomia escolar.

A importância da construção conjunta e debate a respeito da nova BNCC entre os estudantes se efetiva no compromisso que a escola tem de inquirir no estabelecimento de uma consciência crítica por parte dos estudantes a respeito do seu próprio contexto, realizar modificações tão profundas com a criação dos itinerários formativos sem conhecimento, consulta prévia e principalmente sem a participação efetiva dos estudantes na construção da Reforma, implica em um cerceamento de sua participação social enquanto cidadão.

Devido ao estabelecimento da visão utilitarista e mercadológica como parâmetro para alterações no ensino médio, é necessário ratificar que o compromisso da escola não está somente na preparação para o mundo do trabalho, mas também na formação para cidadania crítica, na participação social e formação ética. (LIBÂNEO; 2008)

Nas próximas visitas será estabelecida pesquisa de opinião para realização dos questionamentos aos alunos, pais e demais funcionários sobre o conhecimento acerca da nova Reforma, bem como sua participação no processo de criação, obedecendo a uma perspectiva de que o indivíduo precisa ser consultado a respeito das decisões que lhe envolvem diretamente.

Para a escola estabelecer a criticidade é necessária a percepção do indivíduo enquanto ser autônomo, formando o seu autogoverno e possibilitando que os sujeitos atuem diretamente no que concerne às tomadas de decisões que interferem em suas vidas. (BARROSO; 1996)

Partindo do pressuposto de que “os homens não nascem livres nem iguais, só se tornam assim através do processo político” (GRUPPI; 1980, p. 18), podemos efetivamente entender que o exercício da participação dos indivíduos nos processos políticos ratifica a sua identidade enquanto cidadãos livres.

Os resultados adquiridos nesta pesquisa são parciais e serão encerrados no decorrer do mês de setembro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à igualdade, pode-se afirmar que dentro de uma sociedade desigual, a igualdade vai se concretizar no Estado, local onde os elementos desiguais concordam entre si para a criação de um Estado da natureza capaz de suprimir os elementos que limitam a desigualdade reinante entre os homens. (RUSSEAU; 1983) a participação assume, assim, uma natureza de necessidade histórica a medida que funciona como alicerce para a igualdade preconizada legislativamente.

O presente trabalho se firma, na necessidade de promoção da participação e autonomia nos processos políticos em geral não apenas no intuito de ratificar a democracia vigente, mas a fim de garantir a soberania do cidadão, assumindo a hipótese de que a mesma “está limitada pelo fato das grandes decisões quanto ao desenvolvimento econômico ou não chegarem aos órgãos representativos ou, se chegarem, serem tomadas (...) em sedes onde grande maioria dos cidadãos soberanos não tem a menor voz ativa”. (BOBBIO; 1979)

Com preocupação a respeito de uma possível desvalorização do sentido da escola, que deveria surgir como alicerce na formação de um indivíduo capaz de interferir criticamente na realidade em que habita e transformá-la (LIBÂNEO; 2004), e considerando que a existência da participação direta da comunidade escolar na criação e implementação da Reforma do Ensino Médio é socialmente necessária, o trabalho se evidencia como uma avaliação implementação da autonomia e liberdade do cidadão

Palavras-chave: Ensino Médio; Autonomia, Participação.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: João Barroso, org. O Estudo da Escola. Porto: Porto Editora, pp. 167-189. 1996;
- BOBBIO, 1979. Quais as alternativas para a democracia representativa. In *O marxismo e o estado* (págs. 33-54) Rio de Janeiro: Graal *apud* NETO, A.C.; *Democracia: Velhas e novas controvérsias* [s.l.] Estudos de Psicologia, 1997;
- FAVARETTO, C. Entrevista à UNIVESP em 20 de janeiro de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=CFtVG-5xLPc> acesso em 18 de maio de 2019;
- FREIRE, P; PEDAGOGIA DA AUTONOMIA Saberes necessários à prática educativa; Ed. 25 Paz e Terra, Págs, 32-35, 1996;
- GRUPPI, L. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre: LePM. (Pág. 18) 1980 *apud* NETO, A.C.; *Democracia: Velhas e novas controvérsias* [s.l.] Estudos de Psicologia, 1997;
- GUILLE, D. O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para educação. Cadernos de pesquisa, v. 38, n 135, 2008;
- HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento. In *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Ed. 26 1990;
- HABERMAS, J. teoria da ação comunicativa Vol. 1, 1984;
- HABERMAS, J. Técnica e ciência como "ideologia". Lisboa, Ed. 70, 1987;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; IDEB 2005-2017 e Projeções para o Brasil. <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> acesso em 15 de fevereiro de 2019;
- KANT, I. Resposta à pergunta: O que é esclarecimento? 1783;
- LA BOÉTIE, E. Discurso sobre a servidão voluntária. 1549;
- LIBANEO, J. C. Didática, 2008;
- RAMOS, F. R. O.; HEINSFELD, B. D. S. S. Reforma do ensino médio de 2017 (Lei N° 13.415/2017): Um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. [s.d.];
- ROUSSEAU, J.J.; 1983. Do Contrato Social. In. Os pensadores(3ª ed., págs 15-45) *apud* NETO, A.C.; *Democracia: Velhas e novas controvérsias* [s.l.] Estudos de Psicologia, 1997;